

Por Antonio Penteado Mendonça



De acordo com a CNseg (Confederação Nacional das Seguradoras), em 2021, o setor de seguros pagou mais de sete bilhões de reais em indenizações de seguro rural. Em 2022, esse montante subiu para mais de dez bilhões de reais e a tendência é seguir subindo, ano a ano, em função dos eventos climáticos mudarem de patamar e se tornarem cada vez mais recorrentes e devastadores.

Vale lembrar que, em 2022, a região Norte do país foi assolada por uma cheia que bateu recordes históricos e que, no ano passado, a seca foi seu contraponto, também com recordes históricos e imagens impressionantes, como o Rio Negro com grande parte do leito seco e a mostra.

Da mesma forma, o Sul do Brasil, em movimento contrário, em 2022, enfrentou uma das secas mais fortes jamais registradas e, no ano passado, foi submetido a chuvas e tempestades que atingiram, indistintamente, áreas urbanas e rurais, com uma violência muito acima da média, causando danos devastadores a propriedades e bens de todas as naturezas.

Com relação ao seguro rural, apenas dez por cento dos proprietários rurais têm a proteção do seguro para garantir seu negócio. Quer dizer, se as indenizações em 2022 atingiram dez bilhões de reais, significa que outros noventa bilhões ficaram na conta dos agricultores, diminuindo o faturamento da atividade e comprometendo a capacidade de investimento de milhares de fazendeiros e sitiantes, a maior parte, pequenos produtores, que sentirão de forma mais dramática a falta do seguro.

Não há o que fazer. As mudanças climáticas são a consequência de décadas de descaso com o meio ambiente e essa conta, agora, vai demorar bastante para ser zerada. Mesmo que todas as ações já definidas como essenciais para reverter o quadro fossem imediatamente implementadas, os resultados começariam a aparecer apenas depois de vinte anos e não teriam efeito imediato. Para piorar o quadro, não há consenso entre os países sobre as providências a serem tomadas, nem o tempo necessário para isso. Então, as medidas serão adotadas paulatinamente, enquanto o planeta segue na direção de um novo mapa climático, com eventos catastróficos se sucedendo de forma cada vez mais violenta e com mais frequência.

A casa de duzentos bilhões de dólares em prejuízos já foi ultrapassada faz tempo. Ainda não temos a quantificação total das perdas suportadas por todos os países em 2023, mas seu resultado deve deixar os duzentos bilhões para trás com folga. Isso pode ser visto na decisão das seguradoras de não aceitarem mais fazer seguros contra riscos climáticos na Flórida ou contra incêndios florestais em parte da Califórnia.

O Brasil está no verão, a estação em que os eventos climáticos causam mais prejuízos, porque é quando o Sul e o Sudeste são atingidos por eles. Já estamos vendo os estragos se sucederem e cobrarem seu preço.

Imediatamente, há pouco que possa ser feito, mas ações para minimizar as perdas, começando pela criação de novos seguros obrigatórios com foco nelas, conforme sugerido pelo mercado segurador, precisam ser implementadas o mais rápido possível. Sem elas, a conta ficará insuportável.

**Fonte:** O Estado de São Paulo, em 15.01.2024.